

Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX — mercadorias de um mercado nacional em formação*

Luiz Paulo Ferreira Nogueurol**

Professor do Departamento de
Economia da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.

Resumo

Este artigo pretende contribuir para a compreensão da economia brasileira no século XIX, por meio do estudo dos preços de bois, cavalos e escravos praticados em duas comarcas brasileiras: Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Sabará, em Minas Gerais. Tal estudo permitiu fazer comparações entre as estruturas produtivas das mencionadas comarcas, enfocando a especialização produtiva de cada qual e a inserção que tinham no nascente mercado nacional brasileiro.

Palavras-chave

Produção escravista; mercado nacional; economia brasileira no século XIX.

* Este artigo beneficiou-se da Dissertação de Mestrado defendida pelo autor em 1997, no Cedeplar-FACE-UFMG, e da Tese de Doutorado defendida em 2003, no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

** O autor agradece à Capes e à Fapesp pelas bolsas de mestrado e doutorado respectivamente; agradece ainda aos Professores Doutores João Antônio de Paula, Luiz Felipe de Alencastro e José Jóbson de Andrade Arruda, seus orientadores nos programas de pós-graduação em Belo Horizonte e em Campinas, pela paciência e pela boa vontade que tiveram; agradece também aos que criticaram este artigo nos congressos em que foi apresentado, no Segundo Encontro de Economia Gaúcha e no XI Seminário Sobre Economia Mineira.

Abstract

This article intend to contribute, using horses, bulls and slaves' prices from Porto Alegre — the capital of Rio Grande do Sul Province — and Sabará — one of the multiples cities of the gold rush of XVIIIth century in Minas Gerais, to the understanding of the brazilian economy in XIXth century, particularly studying the various uses of slaves in non-plantations areas and the formation of national brazilian market.

Key words

Slave productions; national market; brazilian economy in XIXth century.

Classificação JEL: N00.

Artigo recebido em 27 set. 2004.

Introdução

A economia brasileira, no século XX, caracterizou-se, dentre outras coisas, pela integração inter-regional, entendida como a criação de interdependências que conformam um determinado mercado interno e nacional, um e outro tomados normalmente como sinônimos.

Neste artigo, buscamos, a partir de dados coletados para a dissertação de mestrado e a tese de doutorado deste autor, apontar algumas das raízes da formação do mercado nacional brasileiro no século XIX. Escolhemos, para tanto, as comarcas de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, em Minas Gerais, e a de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A escolha dessas comarcas, distantes uma da outra em mais de 1.500km, ocorreu pelo seguinte: considerando que a integração tenderia a ser minimizada com o aumento da distância entre economias regionalmente autônomas, o uso de dados de regiões relativamente próximas poderia indu-

zir ao equívoco de se tomar a integração das mesmas como índice de integração nacional; por isso, escolhemos estudar dois pontos relativamente distantes um do outro no território nacional, ao longo do século XIX, e verificar se, no período em foco, houve alguma tendência para o aumento da integração entre mercados.

Para obter os dados que apresentamos neste artigo, lemos 975 inventários *post-mortem*, sendo 338 de Porto Alegre e 637 de Sabará. Esse tipo de documentação é fonte privilegiada para o estudo do comportamento de preços, no século XIX, no Brasil, porque, não havendo, então, institutos de pesquisa que os coletassem, quem o fazia eram os funcionários públicos e as pessoas envolvidas na confecção das mencionadas peças jurídicas. Faziam-no porque, conforme a lei e os costumes da época, era indispensável que quase todos os bens dos inventariados fossem avaliados e descritos, para, uma vez somados, serem partilhados entre os herdeiros.

O número de pessoas envolvidas na confecção de cada inventário (herdeiros, credores, devedores, leiloeiros, meirinhos, juízes, delegados de polícia, escrivãos, etc.) dificultava que, por motivo de fraude, o historiador viesse a ser ludibriado na pesquisa realizada, em razão da diversidade de interesses entre personagens e da dificuldade de se formarem conluios em um número nada desprezível de pessoas. Por tais motivos, entendemos que as fontes empregadas para este artigo são representativas dos preços praticados em Porto Alegre e em Sabará e, portanto, metodologicamente válidas para o uso que delas foi feito.

Este artigo divide-se em três partes, além desta **Introdução** e das **Conclusões**. Na seção 1, procuramos apresentar as variações dos preços de três mercadorias dentre aquelas listadas nos inventários — bois, cavalos e escravos —, indicando não apenas as diferenças entre os preços praticados em Porto Alegre e em Sabará, mas também a ocorrência de uma certa inflação característica da economia brasileira no século XIX. Na seção 2, buscamos apontar a especificidade da formação do mercado nacional brasileiro no século XIX, comparando-o com a formação de mercados nacionais de alguns países europeus, a partir de uma determinada bibliografia que enfatiza a construção simultânea de tais mercados e dos Estados nacionais que os definem. Na seção 3, por fim, apresentamos algumas características da produção escravista de Sabará e de Porto Alegre, enfatizando a “especialização regional” de uma comarca em relação à outra, ambas contribuindo para a produção e a circulação de mercadorias no Brasil.

1 - Preços de escravos, bois e cavalos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX

Ao longo do século XVIII, informam-nos Celso Furtado (1962) e Caio Prado Júnior (2000), verificou-se o seguinte fenômeno: formaram-se, em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, núcleos de demanda de rendimentos elevados em razão das descobertas auríferas. Os colonos deixaram de se “(...) agarrar nas pedras do litoral, como caranguejos” e foram para o interior, onde procuravam ouro e, ao mesmo tempo, desenvolviam atividades paralelas destinadas a viabilizar as atividades dos mineradores, como a pecuária e a agricultura.

Distante das minas e em razão da dotação natural dos fatores de produção, no atual território do Rio Grande do Sul, onde anos antes haviam sido introduzidas espécies de gado novas na fauna americana, alguns ventos do furacão minerador chegaram: as manadas de bois, cavalos e burros, que se tornaram selvagens, passaram a ser capturadas para servir à demanda por bestas da Região Sudeste e da Centro-Oeste do Brasil. Com isso, uma mais estável ocupação colonial processou-se, e a região passou a contar com elementos econômicos para a permanência portuguesa, além dos interesses militares já então existentes.

De igual maneira, o caminho que passava por Parati foi abandonado, e o Rio de Janeiro transformou-se em porto de Minas Gerais, local por onde entravam os imigrantes portugueses e as mercadorias que a Europa enviava para o interior do Brasil, assim como por onde chegavam os africanos após atravessarem o Atlântico. Pelo interior, o rio São Francisco não foi apenas local por onde chegaram a Minas Gerais imigrantes, mas também local para a criação de gado, que concorria com o de origem gaúcha. Por fim, embora provavelmente mais tênue, laços entre Cuiabá e Belém foram estabelecidos pelos rios que, do Pantanal, vão para a Bacia Amazônica.

A mineração, pois, criou, pela primeira vez, uma certa integração econômica da América portuguesa, a qual tendeu a se enfraquecer quando os núcleos minerários entraram em decadência, a partir da década de 50 do século XVIII. As regiões do futuro território brasileiro tendiam, assim, a se tornar autônomas e independentes umas das outras, o que se refletiu nos episódios que envolveram nosso processo de independência, sendo exemplares as ações militares que submeteram Pernambuco e Pará antes do período regencial.

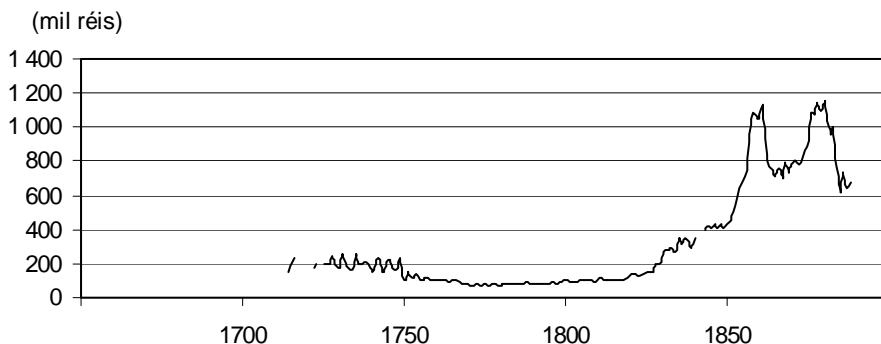
Por muito tempo, o momento em que ocorreu a Independência foi caracterizado como de intensos problemas econômicos: o ouro esterrotava, e o café estava em sua primeira infância. Para uma historiografia que associou a bonança com o crescimento das receitas de exportação de algum produto-rei e a decadência com seu inverso, o período de 1750 a 1820 não poderia ser interpretado de maneira diversa.

Ocorre que interpretações como essa foram questionadas, já na década de 70 do século XX, por trabalhos como os desenvolvidos por Fernando Novais (1995) e por José Jóbson de Andrade Arruda (1972), os quais interpretaram os últimos 50 anos de dominação portuguesa noutros termos. O primeiro apontou um certo abrandamento das restrições metropolitanas no âmbito do pacto colonial como forma de estimular os colonos a procurarem sucedâneo para o ouro, do que o café é apenas um exemplo. O segundo, por seu turno, indicou, por meio dos dados da balança comercial portuguesa entre a década de 80 do século XVIII e 1807, a diversificação das exportações brasileiras para Portugal e seu aumento em volumes e valores, deslocando a recuperação econômica pós-mineração para o final do século XVIII.

Como elemento a corroborar esse tipo de interpretação, apresentamos, no Gráfico 1, a variação dos preços de escravos homens ao longo dos séculos XVIII e XIX, em Minas Gerais.

Gráfico 1

Médias de preços de escravos homens em Minas Gerais — 1707-888



FORNE DOS DADOS BRUTOS: BERGARD, L. W. **Slave and the Demography and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888.** Cambridge: Cambridge University, 1999.

Consideramos que os preços dos escravos refletem, dentre outras coisas, a produtividade deles esperada. As variações dos preços apresentados no Gráfico 1 apontam os diferentes momentos pelos quais passou a economia de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX: localizamos o período de decadência da economia de mineração entre 1750 e 1829, quando os preços dos cativos estiveram abaixo dos patamares alcançados na primeira metade do século XVIII, refletindo um menor aproveitamento econômico dos mesmos. Dividindo a decadência em três fases: início, estabilização e recuperação, podemos dizer que a década de 50 corresponde ao primeiro; de 1760 ao final do século XVIII, temos a segunda fase; por fim, de 1795 em diante, a terceira.

No início do século XVIII, os preços dos cativos eram relativamente elevados, conforme as afirmações de Antonil (1966)¹, e situavam-se em torno dos 200\$000 réis. Em meados desse século, com a decadência da economia de mineração, os preços caíram e estabilizaram-se em torno de 80\$000 réis, mantendo-se nesse patamar até 1795. Verificou-se, então, uma tendência de ascensão que, em 1829, atingiu, novamente, os 200\$000 réis, ultrapassando-os de maneira veemente e estabilizando-se, após o término do tráfico transatlântico de escravos, em torno de 1:000\$000 de réis, como mostrado no Gráfico 1.

As variações dos preços dos escravos, tal como ilustrado no Gráfico 1, servem para que nos aproximemos das variações do produto dessa economia brasileira em formação. Uma vez suposto que os preços dos cativos refletem a produtividade deles esperada e que tal produtividade depende das receitas das vendas das mercadorias que eles produzem, podemos afirmar que a uma piora das expectativas dos escravistas e da sociedade brasileira a respeito das possibilidades de geração de riquezas corresponde uma desvalorização dos trabalhadores escravos, dando-se o inverso quando as expectativas são mais positivas para os proprietários de escravos.

Em que medida Sabará e Porto Alegre eram afetadas por tais variações, as quais, diga-se de passagem, não tinham tais comarcas como núcleos principais no século XIX? Para respondê-lo, analisaremos os preços dos escravos sabarenses e porto-alegrenses, assim como os preços de bois e de

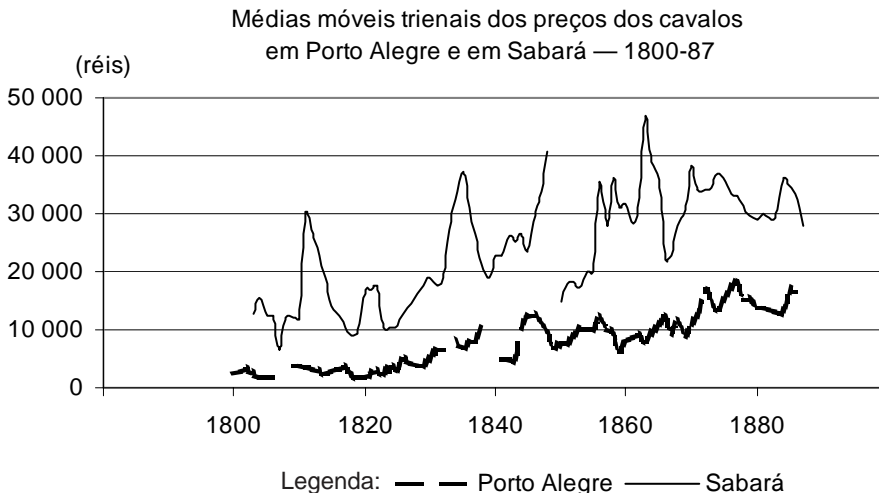
¹ "E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as cousas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechidos muitos engenhos de açúcar das **peças** necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro." (Antonil, 1966, p. 269).

cavalos, o que permitirá verificar a existência, ou não, de uma certa integração mercantil entre os mercados de cada mercadoria isoladamente, assim como no conjunto.

Entendemos que as três mercadorias são representativas das possibilidades de integração, por serem usadas em ambas as regiões, assim como passíveis de se reproduzirem em cada uma delas. Obviamente, não poderíamos fazer o mesmo com mercadorias produzidas e destinadas ao consumo local, como eram as hortaliças e as frutas. Da mesma maneira, ainda que, nos inventários, haja abundância de outras mercadorias, a homogeneidade delas é menor, e os resultados ficariam, a nosso juízo, comprometidos.

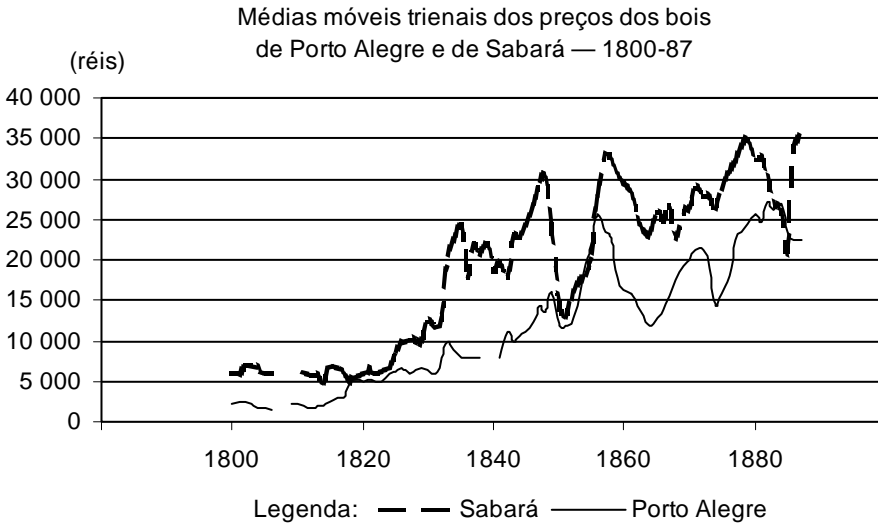
Por meio dos Gráficos 2 e 3, verificamos que havia uma certa diferença entre os preços dos bois e dos cavalos de Sabará em relação aos de Porto Alegre, a qual tendeu a ser mantida, embora, em ambos os casos, reduzida com o passar dos anos. A comarca em que estava a capital do Rio Grande do Sul praticava preços menores do que aqueles do interior de Minas Gerais, indicando a possibilidade de a realização de comércio entre as praças depender dos custos de transporte de bois e de cavalos.

Gráfico 2



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Inventários *post-mortem* de Porto Alegre e de Sabará, guardados, respectivamente, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Museu do Ouro.

Gráfico 3



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Inventários *post-mortem* de Porto Alegre e de Sabará, guardados, respectivamente, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Museu do Ouro.

Consideramos pouco provável que tal comércio existisse, pois, mais perto, as manadas de Goiás e de outras regiões de Minas Gerais poderiam compensar os preços gaúchos. De toda maneira, é sabido que as feiras de Sorocaba continuaram funcionando no século XIX tal como no século XVIII, com a diferença de que o sentido das boiadas foi modificado. Na época de ouro, a cidade do interior paulista servia como centro de distribuição de gado sul-rio-grandense para Goiás e Minas Gerais. Depois da decadência do ouro, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais passaram a concorrer para o fornecimento de gado para as regiões cafeeicultoras de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como para a Corte, sendo Sorocaba, possivelmente, um dos lugares em que os preços dos gados de diferentes procedências eram confrontados uns com os outros e, dessa maneira, “regulados”.

Enquanto, para os bois e para os cavalos de Sabará e de Porto Alegre, havia uma diferença de preços que se manteve ao longo de todo o século XIX, para os escravos, tal diferença começou a existir apenas a partir do fim

do tráfico de escravos, em 1850.² O Rio Grande do Sul, no século XIX, foi exportador não apenas de bestas e de charque, mas também de escravos. A mudança do fluxo de gente em sentido contrário àquele a que estavam acostumados os gaúchos gerou debates na Assembléia Provincial. Em 1852, foi discutido e rejeitado um projeto que taxava a exportação de escravos sul-rio-grandenses e eliminava o imposto de importação instituído em 1842, quando o fluxo de cativos para a província meridional foi considerado excessivo pelos deputados provinciais reunidos em Porto Alegre.³

2 - Mercados nacionais, mercados internos e formação de nações — o caso brasileiro em comparação com os de alguns países europeus

No século XVIII, havia um mercado interno à América portuguesa e, por que não dizer, interno ao império português, no qual o Brasil participava como grande importador de escravos da África e exportador, para esse continente, de fumo, cauri, cachaça, farinhas, etc. O açúcar e o ouro, dentre outras mercadorias, eram exportados para a Europa via Portugal. De fato, desde o século XVII, quando do episódio dos holandeses em Pernambuco, ficou claro que não existia Portugal sem Brasil e que não havia Brasil sem Angola, o que levou a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais a tomar Luanda e Benguela, para que a conquista pernambucana não fosse inútil.

As zonas produtoras de açúcar eram organicamente vinculadas à África. O controle do tráfico de escravos era indispensável para que os engenhos funcionassem, o que logo foi compreendido pelos representantes, no Brasil, da empresa que tinha suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Amsterdã.

Em 1822, os laços econômicos que uniam o Brasil às colônias portuguesas na África eram tão fortes que a Inglaterra fez incluir, no tratado que reconheceu nossa Independência, uma cláusula especificando que o território da nação que se formava teria litoral em apenas uma, e não nas duas

² Conforme Nogueiról (2002).

³ Conforme Piccolo (1998, p. 512-519).

margens do Atlântico. Para inviabilizar que a união econômica fosse também política, proibiu-se o tráfico de escravos, o que eliminaria diretamente a primeira e indiretamente o desejo da segunda.⁴

Trata-se de um anacronismo, portanto, considerar que o Brasil existe desde 1500. A rigor, na colonização, não estava implícita a formação de um Estado-nação, e, quando este foi formado, havia mais laços unindo o Rio de Janeiro a Luanda do que a Corte a Belém por exemplo. Além disso, vários foram os momentos em que a integridade territorial esteve ameaçada por movimentos separatistas internos, que foram às vias de fato contra o Império por diferentes razões.

O mercado nacional brasileiro só se formou quando foi constituído o Estado-nação, quando foram definidas suas fronteiras e se criaram barreiras alfandegárias à entrada de produtos estrangeiros com um duplo propósito: arrecadar impostos para o Tesouro imperial e criar uma certa proteção para os produtores nacionais. O que existia antes da Independência era apenas um mercado interno submetido a um governo metropolitano que, dentre outras coisas, arrecadava impostos e, pelo monopólio da violência, procurava viabilizar a acumulação do capital mercantil português.

Diferentemente dos casos europeus, analisados por Heckscher (1983), Sereni (1980) e Elias (2002), a formação do Brasil não requereu a conquista de territórios estrangeiros e a imposição a estes de uma união tarifária, como no caso da França; da mesma maneira, o Estado-nação não foi criado a partir de Estados-nações preexistentes, os quais tinham tarifas externas próprias, assim como sistemas de medidas e pesos, além de moeda, como nos casos italiano e alemão; por fim, sendo criado no início do século XIX, em meio à ascensão do liberalismo como ideologia predominante e parcialmente patrocinado pela potência que lutaria pelo livre-cambismo, não pôde contar com políticas mercantilistas aplicadas ao exterior, como os Estados formados sob o Antigo Regime, a exemplo de Portugal.

Para a formação do Estado-nação, o Brasil contou com a preexistência de uma Corte, que, por razões alheias à própria vontade, aqui estava; com unidades lingüística, de pesos e medidas e monetária que as nações euro-

⁴ "Em conseqüência da bipolaridade da economia de *plantations*, movimentos visando integrar as zonas de tráfico ao Império do Brasil surgiram na Guiné, em Angola e em Moçambique (...). Em 1829, Strangford, o plenipotenciário britânico no Brasil, empreendeu um duplo movimento. Ele advertiu o Governo brasileiro de que toda intervenção nas possessões portuguesas, na África, seriam obstadas pela Marinha britânica e comunicou à Lisboa o teor do ultimato endereçado ao Rio de Janeiro." (Alencastro, 1986, p. 470-471).

péias desconheciam em seus primórdios; e com uma certa circulação interna de mercadorias que, mal ou bem, tendia a reforçar a unidade política que se criava.

O entendimento da formação do Brasil, portanto, requer a compreensão de suas especificidades: foi formado fazendo largo uso do trabalho escravo, o qual tinha por objetivo a produção de mercadorias. Dentre estas, as mais importantes, do ponto de vista econômico, foram aquelas destinadas ao consumo no exterior, sendo relativamente dependente deste o funcionamento do mercado interno. As classes dominantes locais não eram nem a burguesia industrial nem a aristocracia proprietária de terras, descendente da nobreza feudal. Eram proprietários de terras e de gente, os quais se articulavam com comerciantes de diferentes fortunas, representantes do capital mercantil nacional, que se formou tanto em torno do tráfico de escravos quanto pelo comércio das mercadorias de maior valor na pauta de exportações do País, assim como mercadores dedicados ao mercado interno.

Para deter o monopólio legítimo da violência e da tributação, o Estado não teve que lutar contra rivais. Herdeiro de uma formação social que favorecia, mas não garantia, a união territorial, ao longo do século XIX, enquanto avançava a formação do Estado nacional, havia uma certa integração econômica que resultava na concentração da escravidão, a um só tempo, em termos pessoais e regionais: se, no início do século XIX, a instituição servil se encontrava relativamente bem espalhada, com predomínio dos pequenos proprietários de cativos, no final, verificou-se a tendência de predomínio dos maiores proprietários; por outro lado, o encarecimento dos cativos, como visto no Gráfico 1, resultou na concentração dos escravos nos cafezais e nas atividades do complexo cafeeiro, ainda que eles não tenham desaparecido completamente das regiões ofertantes do tráfico interno.

No século XIX, temos, simultaneamente, a formação do Estado-nação e do mercado nacional, sendo a Guerra dos Farrapos um episódio que revela ambos: os rebeldes queriam, dentre outras coisas, a taxação do charque estrangeiro, cujos produtores se recuperaram quando uma certa paz reinou no Prata. O mercado nacional serve precisamente a esse fim: possibilitar aos produtores nacionais obter taxas maiores de acumulação de capitais por meio da limitação da concorrência estrangeira, o que é posto em prática por um Estado nacional que usa a soberania que o caracteriza para tal fim.

3 - Uso de escravos para a produção de mercadorias para o mercado interno: os casos de Porto Alegre e de Sabará

No século XIX, o uso de escravos para a produção de mercadorias era algo indiscutível para quase todas as regiões que compunham o País. A exceção parecia ser, *grosso modo*, a Norte, especialmente no rio Negro (Amazonas), onde, em vez dos africanos e dos descendentes destes, se fazia uso mais intensivo de indígenas sob coação.

Normalmente, pela relevância dos mercados externos para nossa economia, menos atenção deu-se à produção voltada para o mercado nacional, ainda que trabalhos de vulto tenham sido editados nos últimos 25 anos, como os de Maria Yedda Leite Linhares (1979) e João Luís Fragoso (1988), os quais alcançaram justificada reputação, por enfocarem as possibilidades de acumulação presentes nas transações realizadas internamente ao Brasil, em que a Praça do Rio de Janeiro teria papel fundamental pela intermediação que fazia, entre as diferentes regiões do Brasil, das diversas mercadorias que produziam, além de ser um importante centro financeiro e o maior porto escravista do Atlântico Sul.

Em Minas Gerais, os trabalhos de Roberto Borges Martins (1980) apontam uma certa incongruência entre os modelos explicativos tradicionais e os dados populacionais locais: o que fazia a população cativa mineira a maior do Brasil no século XIX, se não era notoriamente voltada para a produção de produtos-rei, como o açúcar e o café? A resposta apresentada por Martins foi de que tal população era empregada na produção para o mercado interno mineiro, supostamente muito dinâmico, o que foi posto em dúvida por Robert Slenes (1988), para quem Martins teria subestimado as exportações mineiras de diamantes e ouro, assim como a de alimentos para o complexo cafeeiro do Vale do Paraíba.

No Rio Grande do Sul, formou-se o consenso de que os escravos eram intensivamente usados nas charqueadas, as quais eram unidades produtivas relativamente complexas para a época e voltadas para o atendimento de demandas externas à Província, o que compunha o setor que mais se aproximava dos moldes das *plantations* existentes nas Regiões Nordeste e Sudeste, ainda que funcionassem em território semi-urbano. Fora desse setor, argumenta-se, os escravos teriam papel secundário, quando tinham algum,

uma vez suposta a incompatibilidade entre as lides campeiras e o trabalho escravo⁵.

Os dados que coletamos em Sabará e em Porto Alegre indicam algumas coincidências entre as unidades produtivas das duas comarcas, assim como certas diferenças, as quais conferiam ao escravismo brasileiro uma certa diversidade dentro da unidade que o caracterizava: em nenhuma das comarcas se apresentaram *plantations*, isto é, vastas propriedades em que trabalhava grande número de escravos, que produziam mercadorias cujos mercados eram exteriores. Em ambas, verificaram-se vastas propriedades e um número reduzido de cativos que produziam mercadorias para o mercado nacional.

Podemos verificar, pelas Tabelas 1 e 2, que, entre porto-alegrenses e sabarenses, predominaram, ao longo do século XIX, os proprietários de um a cinco cativos. Como dissemos anteriormente, a escravidão era relativamente “popular” entre os brasileiros, mesmo onde não havia *plantations*, o que explica a persistência da mesma entre nós, assim como o profundo compromisso do Estado-nação com a manutenção do tráfico, chegando mesmo a desafiar o mais forte império do século XIX, não cumprindo os tratados que assinara a respeito do assunto.

Ao longo do período em análise, podemos verificar que cresceu, de maneira diferenciada entre as duas comarcas, a participação dos “sem-escravos” entre os inventariados, revelando, a nosso juízo, dois fenômenos simultaneamente: a perda de popularidade da escravidão, o que atribuímos à elevação de preços dos cativos, que mencionamos antes, e às crescentes possibilidades de geração de riquezas sem o uso de escravos. No século XIX, a economia brasileira, mesmo em comarcas não diretamente exportadoras, passou por um longo processo de crescimento econômico, o qual deve ter aberto possibilidades novas e atraentes de enriquecimento, as quais foram aproveitadas pelos que não tinham recursos para ter cativos. É necessário lembrar que a documentação empregada para a confecção deste artigo privilegia os de maior riqueza acumulada. A maior presença dos “sem-escravos” entre aqueles que tinham os inventários confeccionados sinaliza mudanças que levaram a uma nova distribuição da riqueza.

⁵ Popularmente, tem-se a crença de que a escravidão gaúcha foi insignificante, o que pode ser assegurado pelo autor deste artigo em razão da experiência que acumula em quatro anos de aulas na UFRGS.

Tabela 1

Inventários, segundo a estrutura da propriedade
de escravos, de Porto Alegre — 1800-84

PERÍODOS	TOTAL	SEM ESCRAVOS		COM 1 A 5 ESCRAVOS	
		Número	%	Número	%
1800-10	27	6	22,22	11	40,74
1811-20	33	7	21,21	20	60,61
1821-30	30	4	13,33	17	56,67
1831-40	34	6	17,65	20	58,82
1841-50	45	15	33,33	14	31,11
1851-60	52	9	17,31	30	57,69
1861-70	40	8	20,00	15	37,50
1871-80	46	25	54,35	14	30,43
1881-84	31	26	83,87	6	19,35
TOTAL	338	106		147	
Média	37,56	11,78		16,33	

PERÍODOS	COM 6 A 10 ESCRAVOS		COM 11 OU MAIS ESCRAVOS	
	Número	%	Número	%
1800-10	6	22,22	4	14,81
1811-20	4	12,12	2	6,06
1821-30	6	20,00	3	10,00
1831-40	3	8,82	5	14,71
1841-50	10	22,22	6	13,33
1851-60	7	13,46	6	11,54
1861-70	9	22,50	8	20,00
1871-80	7	15,22	3	6,52
1881-84	3	9,68	0	0,00
TOTAL	55		37	
Média	6,11		4,11	

FONTE: Inventários de Porto Alegre entre 1800 e 1884, guardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 2

Inventários, segundo a estrutura da propriedade de escravos, de Sabará — 1800-87

PERÍODOS	TOTAL	SEM ESCRAVOS		COM 1 A 5 ESCRAVOS	
		Número	%	Número	%
1800-10	41	8	19,51	19	46,34
1811-20	42	8	19,05	15	35,71
1821-30	69	8	11,59	35	50,72
1831-40	66	10	15,15	33	50,00
1841-50	100	21	21,00	50	50,00
1851-60	73	24	32,88	32	43,84
1861-70	79	22	27,85	36	45,57
1871-80	107	33	30,84	52	48,60
1881-87	60	33	55,00	16	26,67
TOTAL	637	167		288	
Média	70,78	18,56		32,00	

PERÍODOS	COM 6 A 10 ESCRAVOS		COM 11 OU MAIS ESCRAVOS	
	Número	%	Número	%
1800-10	9	21,95	5	12,20
1811-20	8	19,05	11	26,19
1821-30	12	17,39	14	20,29
1831-40	16	24,24	7	10,61
1841-50	16	16,00	13	13,00
1851-60	8	10,96	9	12,33
1861-70	5	6,33	16	20,25
1871-80	9	8,41	13	12,15
1881-87	5	8,33	6	10,00
TOTAL	88		94	
Média	9,78		10,44	

FONTE: Inventários de Sabará, guardados no Museu do Ouro, em Sabará.

Os números médios de escravos por inventariado, em cada comarca, por década, são apresentados na Tabela 3.

Verificamos, pela Tabela 3, que não havia diferenças significativas no que respeita à propriedade escrava em uma e na outra comarca: predominavam os pequenos proprietários, e a propriedade média era inferior a 10 cati-

vos. Analisando, porém, o que era a “especialização produtiva” de Porto Alegre em relação a Sabará, notamos diferenças significativas.

Tabela 3

Número médio de escravos, por inventário, segundo diferentes períodos do século XIX, em Porto Alegre e em Sabará — 1800-87

PERÍODOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ
1800-10	6,111	4,756
1811-20	3,545	8,261
1821-30	7,166	7,681
1831-40	6,147	10,24
1841-50	4,711	6,230
1851-60	4,596	4,986
1861-70	6,200	4,992
1871-80	6,163	3,889
1881-88	0,857	3,450

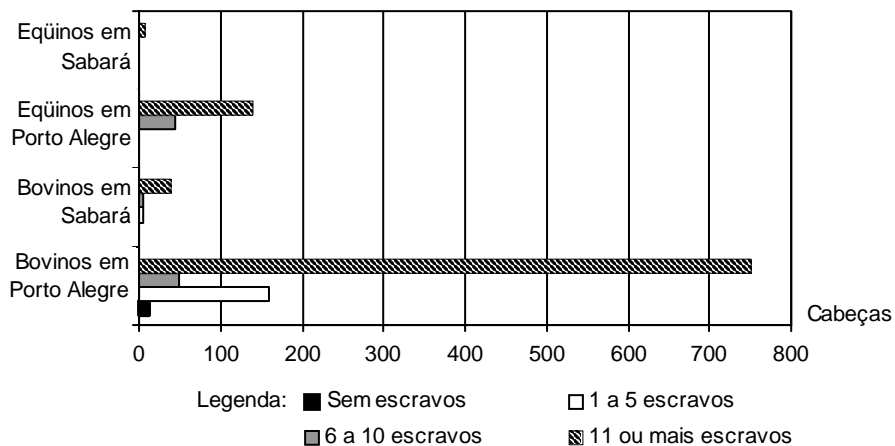
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Inventários de Porto Alegre, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

Como apontado pelos preços dos bois e dos cavalos, havia uma maior produtividade da propriedade pecuária porto-alegrense em relação à sabarense, o que conduzia a fortes diferenças nas quantidades de cabeças de gado por escravo de Porto Alegre em relação a Sabará. Além disso, havia uma certa correlação entre o tamanho da propriedade escrava e o número de cabeças de gado em cada comarca, como revelado nos Gráficos 4 e 5.

Podemos dizer, *grosso modo*, que o número de escravos importava, em Porto Alegre, para a determinação do número de animais presente nas propriedades dos inventariados, em especial para os gados bovino e eqüino. De modo inverso, em Sabará, mas não em Porto Alegre, o número de escravos relacionava-se com o número de cabeças de porcos, o que não está apresentado nos Gráficos 4 e 5, em razão da diversidade de escala que não permitiria a visualização das diferenças.

Gráfico 4

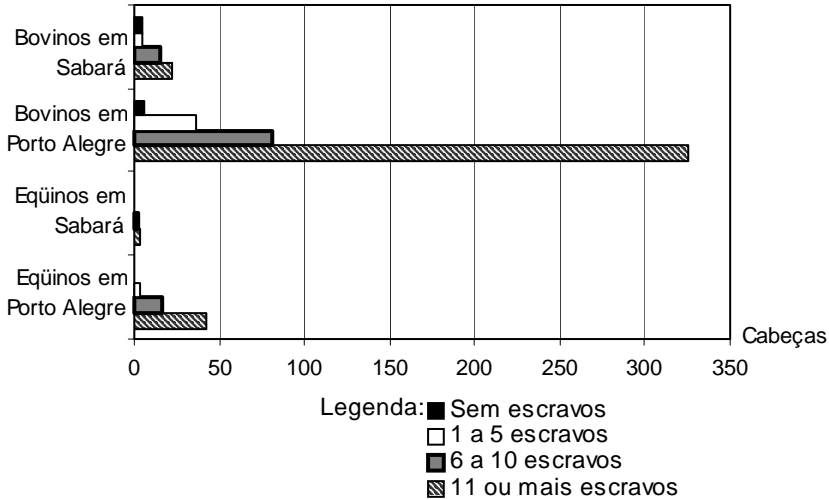
Número médio de cabeças de gado dos rebanhos eqüino e bovino em função das diferentes dimensões das propriedades escravas, em Porto Alegre e em Sabará — 1800-50



FONTE: Inventários *post-mortem* de Porto Alegre e de Sabará, guardados, respectivamente, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Museu do Ouro.

Gráfico 5

Número médio de cabeças de gado bovino e eqüino em função das diferentes dimensões das propriedades escravas, em Porto Alegre e em Sabará — 1851-87



FONTE: Inventários *post-mortem* de Porto Alegre e de Sabará, guardados, respectivamente, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Museu do Ouro.

NOTA: Os dados de Porto Alegre referem-se ao período 1851 a 1884.

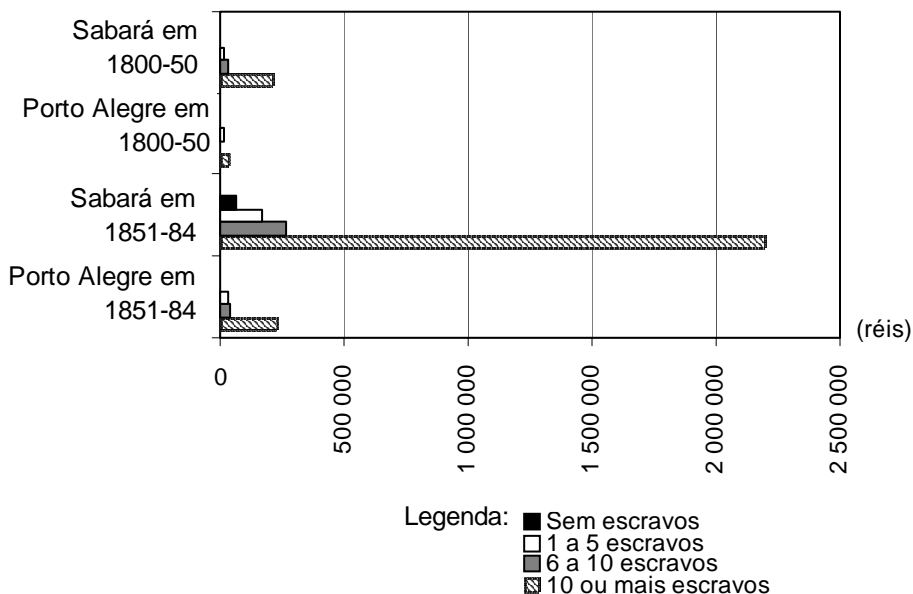
Analisando, por outro lado, a produção agrícola, veremos que, em Sabará, mas não em Porto Alegre, o valor da mesma dependia das dimensões da propriedade escrava dos inventariados,⁶ como mostra o Gráfico 6.

Os bens agrícolas eram arroz, feijão, milho, mandioca, açúcar, café, cachaça, laranja (em Porto Alegre), mamona (em Sabará), algodão, etc., todos eles destinados ao consumo interno, assim como os bois e os cavalos antes mencionados.

⁶ Optamos por apresentar os valores da produção agrícola, e não as quantidades de cada produto em particular, por um problema metodológico havido no decorrer da pesquisa que empreendemos: alteramos a metodologia de coleta de dados e, em função de tal alteração, houve perda de informações.

Gráfico 6

Valores médios da produção agrícola sabarense e porto-alegrense em função das dimensões das propriedades escravas — 1800-50 e 1851-84



FONTE: Inventário *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre, guardados, respectivamente, no Museu do Ouro e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

4 - Conclusões

Nas duas comarcas analisadas, mediadas por 1.500km de distância, constatamos o uso de escravos para a produção de alimentos e animais a serem consumidos no interior do Brasil e comercializados em seu mercado nacional, um movimento inflacionário revelado pelos preços dos cativos, dos bois e dos cavalos, assim como um processo de concentração da propriedade escrava tanto em termos pessoais quanto regionais, ao mesmo tempo em que são abertas oportunidades de geração de riquezas sem o emprego de cativos. Essa série de semelhanças responde por um processo de construção do espaço econômico nacional onde a geração da renda, tal como no

período colonial, depende, principalmente, de mercadorias exportáveis, sendo o café o produto-rei do século XIX brasileiro.

A cafeicultura, na medida em que se expandiu, encontrou uma barreira de difícil transposição: a supressão repentina do tráfico transatlântico de escravos, o que foi parcialmente remediado pelo tráfico interno, o qual criou regiões exportadoras (como a Sul e a Nordeste) e importadoras de escravos (como a Sudeste). Em tais regiões, apesar da diminuição da presença de cativos, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos, não houve regressão econômica. Pelo contrário, elas continuaram participando do crescimento econômico iniciado no final do século XVIII e, no caso das relações entre a Sul e a Sudeste, ocorreu o reforço de uma certa especialização produtiva e integração econômica, cujas raízes estão no Setecentos.

O uso dos escravos, por fim, era condicionado, dentre outras variáveis, pelo produto que a atividade em que eram empregados podia gerar. O aumento dos preços dos cativos, revelando o aumento da produtividade dos mesmos, levava a dois fenômenos: pressionar positivamente os preços de todas as mercadorias produzidas no Brasil e induzir a uma maior seletividade no uso da mão-de-obra escrava. Dessa maneira, defendemos a hipótese de que o longo movimento inflacionário vivido pela economia brasileira no século XIX foi reflexo da variação dos preços dos escravos, a qual dependeu da construção de um Estado nacional que procurou preservar as instituições da sociedade que o precedeu, ao mesmo tempo em que se inseria na periferia do mundo capitalista. Em Sabará e em Porto Alegre, há reflexos de tais movimentos, o que este artigo procurou demonstrar.

Apêndice

Tabela 1

Número médio de cabeças de gado eqüino, segundo o número de escravos por inventariados, em Porto Alegre e em Sabará — 1800-50

GRUPOS DE PROPRIETÁRIOS	PORTO ALEGRE			
	Inventa- riados	Soma	Média	Variância
Com mais de 10 escravos	20	2 792	139,60	98 107,73
Com 6 a 10 escravos	29	1 256	43,31	25 347,51
Com 1 a 5 escravos	82	264	3,22	69,78
Sem escravos	38	7	0,18	0,48
GRUPOS DE PROPRIETÁRIOS	SABARÁ			
	Inventa- riados	Soma	Média	Variância
Com mais de 10 escravos	49	375	7,65	157,77
Com 6 a 10 escravos	61	104	1,70	9,38
Com 1 a 5 escravos	144	327	2,27	45,33
Sem escravos	50	45	0,9	8,42

FONTE: Inventários de Porto Alegre, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

NOTA: Para verificar se as médias das quantidades de cabeças de gado eqüino por classe de inventariado, em cada comarca separadamente, são diferentes, fizemos uso de um teste não paramétrico, o de Kruskal-Willis. No caso de Porto Alegre, H-corrigido = 27,61; para Sabará, H-corrigido = 17,28. As diferenças entre as médias não são casuais, decorrendo de diferenças entre as estruturas produtivas.

Tabela 2

Número médio de cabeças de gado eqüino, segundo o número de escravos por propriedade inventariada, em Porto Alegre e em Sabará — 1851-87

GRUPOS DE PROPRIETÁRIOS	PORTO ALEGRE			
	Inventa- riados	Soma	Média	Variância
Com mais de 10 escravos	17	719	42,29	3 537,84
Com 6 a 10 escravos	26	429	16,50	673,62
Com 1 a 5 escravos	65	249	3,83	51,14
Sem escravos	68	73	1,07	15,05

GRUPOS DE PROPRIETÁRIOS	SABARÁ			
	Inventa- riados	Soma	Média	Variância
Com mais de 10 escravos	41	163	3,97	40,37
Com 6 a 10 escravos	27	67	2,48	16,57
Com 1 a 5 escravos	146	211	1,45	10,68
Sem escravos	117	202	1,73	42,94

FONTE: Inventários de Porto Alegre, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

Tabela 3

Análise de variância para o número de cabeças de gado eqüino, segundo o número de escravos por propriedade inventariada, em Sabará — 1851-87

FONTE DE VARIAÇÃO	SQ	GL	MQ
Em grupos	218,883	3,000	72,961
Dentro dos grupos	8 575,026	327,000	26,223
TOTAL	8 793,909	330,000	-

FONTE DE VARIAÇÃO	F	VALOR-P	F CRÍTICO
Em grupos	2,782	0,041	2,632
Dentro dos grupos	-	-	-
TOTAL	-	-	-

FONTE: Inventários de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

NOTA: O H-corrigido para número médio de cabeças de gado eqüino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, é 31,57. As diferenças não são casuais, decorrendo de diferenças entre as estruturas produtivas.

Tabela 4

Número médio de cabeças de gado bovino, segundo o número de escravos por propriedade inventariada, em Porto Alegre e em Sabará — 1800-50

GRUPOS DE PROPRIETÁRIOS	PORTO ALEGRE			
	Inventa- riados	Soma	Média	Variância
Com mais de 10 escravos	20	15 035	751,75	2 858 249,00
Com 6 a 10 escravos	29	1 428	49,24	9 044,90
Com 1 a 5 escravos	82	13 132	160,15	1 756 231,00
Sem escravos	38	450	11,84	4 207,65
GRUPOS DE PROPRIETÁRIOS	SABARÁ			
	Inventa- riados	Soma	Média	Variância
Com mais de 10 escravos	49	1 924	39,26	4 022,53
Com 6 a 10 escravos	61	318	5,21	56,20
Com 1 a 5 escravos	144	716	4,97	112,61
Sem escravos	51	75	1,47	12,73

FONTE: Inventários de Porto Alegre, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

NOTA: A estatística H-corrigido de um teste KW para o caso de Sabará, entre 1800 e 1850, foi 67,78, o que confirma a diferença entre as médias. Para Porto Alegre, H-corrigido = 34,95. Entendemos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 5

Número médio de cabeças de gado bovino, segundo o número de escravos por propriedade inventariada, em Porto Alegre e em Sabará — 1851-87

GRUPOS DE PROPRIETÁRIOS	PORTO ALEGRE			
	Inventariados	Soma	Média	Variância
Com mais de 10 escravos	17	5 527	325,12	242 005,70
Com 6 a 10 escravos	26	2 118	81,46	17 166,74
Com 1 a 5 escravos	65	2 381	36,63	20 605,08
Sem escravos	68	372	5,47	248,28

GRUPOS DE PROPRIETÁRIOS	SABARÁ			
	Inventariados	Soma	Média	Variância
Com mais de 10 escravos	42	958	22,81	683,67
Com 6 a 10 escravos	27	425	15,74	1 243,28
Com 1 a 5 escravos	146	669	4,58	121,96
Sem escravos	117	564	4,82	118,65

FONTE: Inventários de Porto Alegre, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

NOTA: Para Porto Alegre, H-corrigido = 151,87. Entendemos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 6

Análise de variância para o número de cabeças de gado bovino, segundo o número de escravos por propriedade inventariada, em Sabará — 1851-87

FONTE DA VARIAÇÃO	SQ	GL	MQ
Entre grupos	13 712,770	3,000	4 570,925
Dentro dos grupos	91 802,410	328,000	279,885
TOTAL	105 515,200	331,000	-

FONTE DA VARIAÇÃO	F	VALOR-P	F CRÍTICO
Entre grupos	16,331	6,47E-10	2,632
Dentro dos grupos	-	-	-
TOTAL	-	-	-

FONTE: Inventários de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

Tabela 7

Médias móveis trienais do preço dos bois em
Porto Alegre e em Sabará — 1800-87

a) 1800-43

			(réis)		
ANOS	SABARÁ	PORTO ALEGRE	ANOS	SABARÁ	PORTO ALEGRE
1800	6 000,00	2 257,39	1822	5 900,00	4 833,33
1801	6 000,00	2 378,69	1823	6 192,59	5 000,00
1802	7 000,00	2 500,00	1824	6 635,01	5 857,14
1803	7 000,00	2 250,00	1825	8 561,51	6 285,71
1804	6 666,66	1 800,00	1826	9 712,20	6 785,71
1805	6 000,00	1 800,00	1827	10 066,53	6 000,00
1806	6 000,00	1 600,00	1828	9 873,36	6 338,23
1807	-	-	1829	9 822,72	6 676,47
1808	-	-	1830	12 259,31	6 296,56
1809	-	2 240,00	1831	11 515,72	5 916,66
1810	-	2 240,00	1832	12 617,95	7 958,33
1811	6 273,17	2 020,00	1833	20 460,37	10 000,00
1812	5 636,58	1 800,00	1834	2 2287,30	9 000,00
1813	5 636,58	1 900,00	1835	24 462,12	8 000,00
1814	5 000,00	2 000,00	1836	17 823,15	8 000,00
1815	6 663,63	2 520,00	1837	22 073,15	8 000,00
1816	6 663,63	3 040,00	1838	20 770,11	8 000,00
1817	5 855,62	3 040,00	1839	22 066,67	-
1818	5 047,61	46 66,66	1840	18 400,00	-
1819	5 475,81	5 270,83	1841	19 652,53	8 000,00
1820	5 904,00	5 013,88	1842	17 776,33	11 000,00
1821	6 452,00	5 125,00	1843	23 331,89	10 000,00

Tabela 7

Médias móveis trienais do preço dos bois em
Porto Alegre e em Sabará — 1800-87

b) 1844-87

(réis)

ANOS	SABARÁ	PORTO ALEGRE	ANOS	SABARÁ	PORTO ALEGRE
1844	22 683,53	10 592,59	1866	24 746,87	13 745,04
1845	24 148,61	11 203,70	1867	26 617,34	15 489,14
1846	26 926,39	12 314,81	1868	22 609,45	17 489,14
1847	29 796,97	14 388,89	1869	25 838,27	19 259,26
1848	30 200,24	13 666,67	1870	26 496,85	20 000,00
1849	24 366,90	16 000,00	1871	28 797,80	21 307,69
1850	13 799,86	11 764,71	1872	27 970,33	21 307,69
1851	13 024,29	11 882,35	1873	27 752,10	19 038,46
1852	15 000,24	12 042,78	1874	26 399,03	14 362,75
1853	17 087,34	14 364,60	1875	28 668,45	15 696,08
1854	17 977,78	19 520,15	1876	31 165,94	17 918,30
1855	20 655,56	21 891,70	1877	32 051,34	22 491,45
1856	27 877,78	25 728,31	1878	33 850,70	23 410,99
1857	33 099,13	23 372,75	1879	34 904,80	24 533,16
1858	32 363,97	22 613,33	1880	32 386,83	25 772,17
1859	30 698,31	17 866,67	1881	32 472,44	24 632,44
1860	29 413,29	16 400,00	1882	30 247,09	27 088,29
1861	28 099,64	15 915,03	1883	26 948,41	26 076,39
1862	25 197,88	14 371,17	1884	26 199,40	26 875,00
1863	23 391,61	13 037,84	1885	20 994,38	23 375,00
1864	23 171,68	11 971,29	1886	34 025,25	22 500,00
1865	25 901,72	12 848,48	1887	35 246,03	22 500,00

FONTE: Inventários *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre guardados, respectivamente, no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Tabela 8

Médias móveis trienais do preço dos cavalos
em Porto Alegre e em Sabará — 1800-87

a) 1800-43

(réis)

ANOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ	ANOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ
1800	2 273,07	-	1822	2 684,93	17 633,33
1801	2 636,53	-	1823	2 462,71	10 400,00
1802	3 000,00	-	1824	3 432,64	10 233,33
1803	2 500,00	12 600,00	1825	3 148,96	10 766,67
1804	1 800,00	15 500,00	1826	4 964,60	12 633,33
1805	1 800,00	12 555,56	1827	4 000,00	14 633,33
1806	1 600,00	12 533,33	1828	3 733,33	16 366,67
1807	-	6 666,66	1829	3 733,33	17 666,67
1808	-	12 000,00	1830	4 933,33	18 833,33
1809	3 894,08	12 000,00	1831	6 400,00	17 530,30
1810	3 894,08	12 000,00	1832	6 400,00	18 946,97
1811	3 447,04	30 000,00	1833	-	2 7280,30
1812	3 000,00	26 000,00	1834	8 000,00	32 250,00
1813	2 780,00	22 666,67	1835	6 812,50	37 133,33
1814	2 560,00	19 000,00	1836	7 875,00	31 066,67
1815	2 631,11	14 250,00	1837	7 812,50	26 400,00
1816	3 111,11	12 500,00	1838	10 000,00	21 377,78
1817	3 386,66	10 325,00	1839	-	19 069,44
1818	2 226,66	9 075,00	1840	-	22 902,78
1819	1 705,33	9 383,33	1841	5 000,00	22 680,56
1820	1 803,55	16 900,00	1842	5 000,00	26 322,22
1821	2 337,38	16 900,00	1843	5 000,00	25 155,56

Tabela 8

Médias móveis trienais do preço dos cavalos
em Porto Alegre e em Sabará — 1800-87

b) 1844-87

(réis)

ANOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ	ANOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ
1844	10 000,00	26 623,81	1866	12 456,14	21 932,69
1845	12 000,00	23 457,14	1867	9 456,14	22 753,21
1846	12 515,15	30 457,14	1868	11 456,14	27 978,84
1847	11 181,82	33 909,52	1869	9 000,00	30 734,27
1848	9 772,72	40 714,29	1870	11 000,00	38 285,13
1849	7 000,00	-	1871	12 000,00	34 185,50
1850	7 666,66	14 934,38	1872	17 000,00	34 059,69
1851	7 666,66	18 019,64	1873	14 666,67	34 600,58
1852	8 666,66	18 182,41	1874	13 583,33	36 867,41
1853	10 000,00	17 380,81	1875	14 916,67	36 171,73
1854	10 000,00	19 865,08	1876	17 375,00	33 481,66
1855	10 000,00	20 166,67	1877	18 264,71	33 090,81
1856	11 928,57	35 666,67	1878	15 264,71	31 548,60
1857	9 952,38	27 833,33	1879	15 264,71	29 787,95
1858	9 285,71	36 292,93	1880	13 888,89	28 939,64
1859	6 333,33	30 914,35	1881	13 777,78	30 050,51
1860	8 000,00	3 1553,7	1882	13 388,89	29 358,91
1861	8 760,41	28 243,06	1883	13 000,00	29 237,50
1862	8 927,08	32 650,00	1884	13 000,00	36 040,00
1863	7 927,08	46 787,88	1885	16 571,43	34 980,95
1864	9 166,66	38 976,19	1886	16 571,43	33 467,10
1865	10 666,67	35 798,81	1887	-	27 876,87

FONTE: Inventários *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre, guardados, respectivamente, no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. de. **Le commerce des vivants**: traite d'esclaves et "Pax Lusitana" dans L'Atlantique Sud. Paris: Universidade de Paris, 1986. (Tese de doutoramento).
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1966. (Texto da edição de 1711).
- ARRUDA, José J. de A. **O Brasil no comércio colonial (1796-1808)**: contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial. São Paulo: USP, 1972. (Tese de doutoramento).
- BERGAD, L. W. **Slave and the demography and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888**. Cambridge, Cambridge University, 1999.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1962.
- HECKSCHER, E. **La Époque Mercantilista**: historia de la organización y las ideas economicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1983.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil 1808-1842. Rio de Janeiro: Símbolo, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão. Brasília: Binagri, 1979.
- MARTINS, Roberto Borges. **Growing in silence**: the slavery economy of the nineteenth-century, Minas Gerais. Nashville: Vanderbilt University, 1980. (Tese de doutoramento).

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. (Ed. original 1979). (Estudos Históricos).

NOGUEIRÓL, L. P. F. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX — elementos de nossa formação econômica e social. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. esp., p. 539-564, 2002.

NOGUEIRÓL, L. P. F. **Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX**. Campinas, UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada do Instituto de Economia).

PICCOLO, H. I. L. (Org). **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Porto Alegre**: Assembléia Legislativa, 1998.

PRADO Junior, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Ed. original: 1942).

SERENI, E. **Capitalismo y mercado nacional**. Barcelona: Crítica, 1980.

SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE, v.18, n. 3, p. 449-495, set./dez.1988.

TARGA, L. R. P. A originalidade do Rio Grande do Sul no século XIX. PRIMEIRO ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1, Porto Alegre, 2002. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2002.